

**SECRETARIA NACIONAL DE COMBATE AO RACISMO –  
DIRETÓRIO NACIONAL PT**

**O COMBATE AO RACISMO E AS ELEIÇÕES DE 2002.**

---

Como resultado de toda a mobilização e da participação de representantes de setores governamentais e não governamentais brasileiros na III Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e as Intolerâncias correlatas, realizada na África do Sul em setembro de 2001; assim como de iniciativas de Governos e de Parlamentares no âmbito Federal, Estadual e Municipal, amplia-se o debate em nosso país quanto a implementação de políticas que possibilitem a inclusão e a mobilidade social da população negra brasileira.

Novamente são questionadas as ações do Estado brasileiro no sentido de: a) diminuir a distância entre brancos e negros, reconhecida por importantes estudos e pesquisas realizadas por órgãos governamentais e não governamentais, pelas universidades e pelas organizações do movimento negro; b) contribuir para a incorporação da população negra e de criar condições objetivas para o seu acesso e participação nos benefícios sociais dispostos na sociedade brasileira.

A III Conferência Mundial demonstrou que esse debate ocorre também em um momento onde são inúmeras as estratégias que a ideologia neoliberal poderá lançar para sobreviver diante das críticas às inconseqüências da globalização, que na verdade, têm acentuado a exclusão social, a intolerância, o acirramento do racismo, no Brasil e na maioria dos países do mundo.

As eleições para Presidente da República, Governos Estaduais, Senadores, Deputados Federais e Estaduais terão influência neste debate. Certamente todos os candidatos (de direita e de esquerda) diante das demandas apresentadas pela luta anti-racismo e do anseio pela representação político-institucional da população negra, apresentarão programas preocupados em desenvolver políticas públicas orientadas pelo enfoque racial e destinadas a superar as desigualdades sócio-raciais existentes no país.

Os textos que estamos apresentando mostra que existe um acúmulo, e que setores e parte dos dirigentes do Partido dos Trabalhadores estão preparados para enfrentar os desafios impostos pelas próximas eleições, possibilitando chegar a consensos na elaboração de um programa que represente uma ruptura com o atual modelo econômico e com as profundas desigualdades econômicas, sócio – raciais e políticas existentes na sociedade brasileira.

Partimos de acúmulos de embates eleitorais passados; das importantes experiências de políticas públicas de combate ao racismo desenvolvidas e em desenvolvimento pelos governos do PT e de seus aliados; da experiência de nossos parlamentares no Legislativo, em especial os vinculados à luta anti-racismo; persistência da militância de negros e negras nas atividades partidárias, aglutinados em nossas

## SECRETARIA NACIONAL DE COMBATE AO RACISMO – DIRETÓRIO NACIONAL PT

Secretarias Municipais, Estaduais e Nacional de Combate ao Racismo. Este processo permanente nos 22 anos de existência PT, mesmo com altos e baixos, têm sido instrumento fundamental para a busca da construção da real democracia das relações sociais, raciais, econômicas e políticas no Brasil.

Por conta de nossa originária participação junto aos movimentos sociais e pela inserção organizada de nossa militância no movimento negro, aproveitamos e sistematizamos as contribuições da militância negra na formulação e execução de políticas que tiveram a capacidade de denunciar, desnudar e combater o mito da democracia racial em nosso país.

O Partido dos Trabalhadores é a expressão político partidária mais importante criada no Brasil contemporâneo. Marca indiscutivelmente um novo modo de fazer política, um novo modo de governar, um novo jeito de construir a democracia; enfim, propõe e constrói a partir de um novo método de participação, um projeto de nação onde o pressuposto básico é a inclusão dos excluídos. Da primeira participação do companheiro Luís Inácio Lula da Silva, candidato ao Governo do Estado de São Paulo em 1982, até os dias atuais, avançamos bastante.

Nossos governos, na implementação de políticas públicas, começam a incorporar a noção de que as cidadãs e os cidadãos não se agrupam apenas para a defesa de seus interesses considerados específicos, mas se organizam também, para a defesa e/ou ampliação de seus direitos sociais, políticos e econômicos para o todo da sociedade e forjam estratégias de conquistas de novos direitos.

As principais iniciativas Legislativas antidiscriminatórias e antiracismo no Congresso Nacional, são encaminhadas por parlamentares ligados ao Partido dos Trabalhadores. O mesmo ocorre nas Câmaras Municipais e Assembléias Legislativas.

A Secretaria Nacional de Combate ao Racismo, apesar das dificuldades e obstáculos para sua estruturação, é um instrumento de mobilização e de construção de políticas para o Partido e para a Sociedade. Muitas das idéias aqui apresentadas são conseqüências dos acúmulos dos 7 (sete) Encontros Nacionais de Combate ao Racismo<sup>1</sup> até aqui realizados e de nosso enraizamento nos Estados e Municípios através dos Coletivos de Negros e Negras e das Secretarias Estaduais e Municipais de Combate ao Racismo que estamos construindo.

Recentemente, no ano de 1995, quando da comemoração do Tricentenário da Imortalidade de Zumbi dos Palmares, destacou-se um vigoroso ingresso da temática racial no espaço público brasileiro. A despeito da invisibilidade e do isolamento político a que historicamente foi submetida, a luta anti-racista se mostrou capaz de forçar o reconhecimento público da raça como elemento diferencial de cidadania.

<sup>1</sup> Realizados nos anos de 1987, 1988, 1995, 1996, 1997, 1999 e 2001.

## SECRETARIA NACIONAL DE COMBATE AO RACISMO – DIRETÓRIO NACIONAL PT

Foram realizadas importantes mobilizações do movimento negro contemporâneo e setores anti-racismo resultando na Marcha contra o Racismo, pela Igualdade e pela Vida, que no mês de novembro daquele ano reuniu cerca de 30 mil pessoas de todo o país, em Brasília. Nesta ocasião foi apresentado ao governo federal o Programa de ação – Por uma política nacional de combate ao racismo e à desigualdade racial. As ações apontadas neste programa pautaram a agenda política de setores governamentais e não governamentais nos últimos anos.

Como decorrência da intervenção do movimento negro os últimos governos tem acenado com a incorporação de algumas de suas reivindicações históricas. Observa-se desde meados de oitenta, conquistas importantes no plano jurídico-institucional que atendem, ainda que parcialmente, antigas reivindicações do movimento negro.

Foi significativa a presença da militância negra brasileira na III Conferência Mundial contra o Racismo, na África do Sul, e no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, acontecimentos recentes que pautaram o debate sobre o racismo.

Entretanto, apesar de todos os avanços, as condições de vida e trabalho da população negra são cada vez mais agravadas. Os governos do presidente Fernando Henrique Cardoso, ao consolidar o projeto neoliberal, iniciado no Governo Collor, aprofundou as marcas sociais do racismo brasileiro.

Estudos e pesquisas de órgãos governamentais e não governamentais, de universidades e de entidades do movimento negro apontam que os quase oito anos do governo FHC ampliaram a exclusão e as desigualdades sócio-raciais em nosso país. Essa constatação fortalece a convicção da impossibilidade de se construir a cidadania dos negros e negras, de superarmos o racismo nos parâmetros da sociedade atual.

Esse é o cenário para pensarmos a elaboração do Programa de Governo para as eleições de 2002: os avanços conseguidos pelo PT e pelo movimento negro e, em contrapartida, o agravamento das condições de vida da população negra de nosso país, a segunda maior população negra fora do continente africano.

Além de incorporarmos os acúmulos do movimento negro e da sociedade na atualização da formulação programática do governo federal, o programa de governo de Luís Inácio Lula da Silva para 2002 deve apontar para ações afirmativas que sejam transformadas em políticas que superem o paradigma dos programas de igualdade de oportunidades, de cunho liberal, para o novo paradigma em construção: o de igualdade de condições que transformem, de fato, as condições de vida da população negra de nosso país.

No plano teórico, o programa de governo não deve cometer o equívoco da defesa da cidadania da população negra a partir da concepção de minoria, parte do ideário de formuladores de programas de

## SECRETARIA NACIONAL DE COMBATE AO RACISMO – DIRETÓRIO NACIONAL PT

governo, inclusive de nosso partido. O conceito de minorias é utilizado no campo teórico, para designar aqueles grupos que independente da quantidade populacional, não são donos da sua vontade e de seu destino histórico. No entanto, é necessária a compreensão de que o negro constitui uma maioria populacional, em nosso país, e que o conceito qualitativo de minoria não atende a dinâmica das transformações sócio – raciais, na medida em que afirmar a participação numérica e desigual dos negros na sociedade brasileira significa quebrar a ideologia racial vigente, que instrumentaliza o mito da democracia racial como mecanismo de exploração de classe, exclusão social e opressão racial.

No plano estratégico deve partir de uma leitura necessária quanto a perversidade do racismo brasileiro que é fator agravante da condição de trabalho e de vida do povo negro, que representa, segundo dados oficiais, metade da população brasileira. É importante lembrar que o Brasil, nos seus 502 anos de existência, deve seu desenvolvimento a quase 400 anos de escravização e de utilização da força de trabalho de negros e negras ao longo da história de formação do Estado Brasileiro.

A partir dessa leitura é que a militância anti-racista constata a absoluta impossibilidade de transformações estruturais na sociedade brasileira sem o tratamento devido da questão racial.

O programa de governo Lula 2002 deve partir da premissa de que é impossível a construção da cidadania do povo negro nos limites da sociedade atual e que o combate e a superação do racismo é estratégico seja na construção de um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil, como para pensarmos uma sociedade futura, multirracial, democrática e socialista.

Desde as primeiras discussões realizadas em 2002, buscando definir os eixos políticos e as escolhas metodológicas e organizativas para a elaboração do programa de governo, as reflexões se unificam em torno da garantia de um processo de formulação que seja efetivamente democrático e participativo e que a questão social seja o principal eixo estruturante desta complexa tarefa política, de traçar estratégias para reconstrução de nossa nação. Assim sendo, consideramos que o momento é extremamente favorável para que seja enfrentado com prioridade o debate e a formulação de propostas de combate ao racismo, o que contribuirá para a busca de garantia da equidade e justiça social.

*Matilde Ribeiro*

***Integrante da Coordenação do Programa de Governo***

*Martvs das Chagas*

***Secretário Nacional de Combate ao Racismo***